

Diálogo entre Contos de Fadas na Educação Infantil e Educação para as Relações Étnico-Raciais.

Sirlei de Melo Milani

Edmundo Lins de Andrade

RESUMO

O interesse surgiu na busca de respostas ao desafio de estabelecer a união entre o ensino aprendizagem da educação infantil e a implementação da Lei nº 10.639/03 visando o lúdico no desenvolvimento pedagógico da educação. Como ponto de partida desta abordagem, foi apresentado algumas concepções que fundamentaram o conceito do ensino e o lúdico dos contos de fadas como recurso didático na implementação da Lei nº 10.639/03. Sendo assim, a presente pesquisa teve como objetivo compreender a importância dos contos de fadas no combate ao racismo na educação infantil, reconhecendo o gênero como instrumento de trabalho e recurso didático para a aplicabilidade da Lei nº 10.639/03. Nesta pesquisa, não se pretendeu trazer formulas mágicas para o combate ao racismo, mas sim, obter a compreensão dos problemas que estão levando alguns docentes a desconsiderar o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana na educação infantil. Este trabalho de conclusão do curso foi dividido em três etapas: Cap. I - Um diálogo com a Lei nº 10.639/03; Cap. II - A ludicidade como recurso para a implementação da Lei nº 10.639/03; e, Cap. III - Metodologia da investigação. A partir da análise dos dados coletados nessa pesquisa desejou-se enfatizar a importância dos contos de fadas no combate ao racismo na educação infantil e na aplicabilidade da Lei nº 10.639/03. Portanto, acreditamos que se faz necessário rever a prática de ensino aprendizagem nas escolas buscando trabalhar a interdisciplinaridade, com a intenção de promover a educação para as relações raciais num processo que venha ao encontro de uma proposta de ensino prazeroso para nossas crianças promovendo o respeito ao próximo e o reconhecimento do outro no “eu”.

Palavras-chave: A Lei nº 10.639/03, Ludicidade dos contos de fada, brincar simbólico.

ABSTRACT

The interest was in finding answers to the challenge of establishing a union between teaching and learning of early childhood education and the implementation of Law nº 10.639/03 aiming to play in the development of pedagogical education. As a starting point of this approach was presented some concepts that underlie the concept of teaching and playful fairy tales as a teaching resource in the implementation of Law nº 10.639/03. Therefore, this study aimed to understand the importance of fairy tales in combating racism in early childhood education, recognizing the genre as a working tool and educational resource for the applicability of Law nº 10639/2003. This research is not intended to bring magical formulas

for combating racism, but rather, to gain understanding of the problems that are leading some teachers to disregard the teaching of History and Afro-Brazilian and African childhood education. This work of completing the course was divided into three stages: Chapter I - A Dialogue with Law nº 10.639/03, Chapter II - The playfulness as a resource for the implementation of Law nº 10.639/03, and Chapter III - research methodology. From the analysis of the data collected in this research wished to emphasize the importance of fairy tales in combating racism in kindergarten and the applicability of Law nº 10.639/03. Therefore, we believe it is necessary to review the practice of teaching and learning in schools seeking interdisciplinary work, with the intention of promoting education for race relations in a process that meets a teaching proposal pleasurable for our children by promoting respect for and recognizing the other near the "I".

Keywords: Law nº 10.639/03, Playfulness of fairy tales, symbolic play.

1.0 Introdução

A presente pesquisa “Diálogo entre Contos de Fadas na Educação Infantil e Educação para as Relações Étnico-Raciais.” tem como objetivo compreender a importância dos contos de fadas no combate ao racismo na educação infantil, reconhecendo o gênero como instrumento de trabalho e recurso didático para a aplicabilidade da Lei nº 10.639/03.

O interesse dessa pesquisa surgiu na busca de respostas ao desafio de estabelecer a união entre o ensino aprendizagem da educação infantil e a implementação da Lei nº 10.639/03 visando o lúdico no desenvolvimento pedagógico da educação.

No livro (2002) A psicanálise dos contos de fadas, o autor Bettelheim mostrou que os contos de fadas são ímpares, não só como uma forma de literatura, mas como obra de arte integralmente compreensível para a criança, como nenhuma outra forma de arte poderá ser. O autor afirma que o significado mais profundo dos contos de fadas será diferente para cada pessoa e diferente para a mesma pessoa em vários momentos de sua vida.

Com base na aceitabilidade do gênero contos de fadas na educação infantil, é que decidi pesquisar os contos de fadas como recurso didático, instrumento do qual se pode abordar a História da África e da Cultura Afro-brasileira e Africana na aplicabilidade da Lei nº 10.639/03 como ferramenta pedagógica na educação infantil.

O trabalho parte do seguinte questionamento: De que forma o professor pode trabalhar com os contos de fadas em sala de aula contribuindo significativamente para o desenvolvimento da criança e a construção de identidade negra no ambiente escolar?

O primeiro capítulo trata do diálogo sobre a aplicabilidade da Lei nº 10.639/03 na educação infantil observando o que rege a LDB, o Parâmetro Nacional e as Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

O segundo capítulo procura mostrar como os contos de fadas contribuem de forma significativa para a formação da criança e como eles podem contribuir na reconstrução da identidade da criança e no combate ao racismo na educação infantil. Os autores que apoiaram a discussão foram: Bettlheim (2002), Goulart (1995), Vygotsky (2010) Monteiro (2010), Alexandre (2010), Firmo (2010), Guimarães (2010), Müller (2010) e outros que também contribuíram para essa discussão.

No terceiro capítulo foram abordados alguns aspectos relevantes para a formação da criança, no que diz respeito aos contos de fadas, e que, auxiliam de forma bastante complementar no processo de ensino-aprendizagem.

2.0 Lei nº 10.639/03: um diálogo

O quadro das políticas públicas que se apresenta visa à valorização do negro, com o objetivo de realizar reparações, reconhecer e valorizar a identidade, a cultura e a história dos negros brasileiros.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2007), para a implementação dos princípios pedagógicos é necessário condições físicas, materiais, formação continuada, materiais didáticos e recursos favoráveis para o ensino aprendizagem, ou seja, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados em todas as instâncias públicas para por em prática as ações educacionais.

A Lei nº 10.639/03 é uma resposta do governo aos movimentos negros que há muito tempo buscam através de reivindicação, reparação e reconhecimento do direito de acesso e igualdade social, criando assim, um campo de discussão favorável à diversidade e contra a discriminação, numa polêmica que está longe de acabar.

A Lei nº 10.639/03 alterou a Lei nº 9.394/96 - LDB tornando obrigatório o ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio das redes públicas e particulares do país. (AVELAR E VALENTIM, 2010)

Em contexto de desigualdade racial, a Lei nº 10.639/03 é sancionada com a responsabilidade de promover a igualdade e o respeito para com todos os cidadãos brasileiros em meio a tanta angústia. Segundo Avelar e Valentim (2010, p. 2):

A temática deve ser trabalhada, segundo a lei, no âmbito de todo o currículo escolar, mas preferencialmente, nas disciplinas de História, Língua Portuguesa e

Literatura e Educação Artística. Além dessa obrigatoriedade, a Lei 10639/03 instituiu a data de 20 de novembro no calendário escolar, como “Dia Nacional da Consciência Negra”. A Lei 10.639/2003 é o resultado, em forma de ordenamento jurídico, das diversas lutas travadas ao longo dos anos. Nela estão pautadas algumas das reivindicações do Movimento Negro que já se faziam presentes desde a década de 40 e 50 na ocasião dos Congressos Nacionais do Negro no Brasil, bem como posteriormente no ano de 1988 quando foi apresentado o projeto desta Lei na Constituinte. Sua aprovação foi requerida na ocasião da Marcha de Zumbi em 1995 em Brasília. (AVELAR E VALENTIM, 2010, p.2)

De acordo com as autoras, o movimento negro não está lutando em vão, através das tantas lutas o negro conseguiu vencer uma etapa e legalmente ser reconhecido, e aos poucos, está conquistando seu espaço na sociedade. Nesse sentido, o Movimento Negro é uma organização que através de suas ações tem possibilitado a democratização e acesso de negros nas escolas e, ainda tem contribuído para que a escola como espaço educativo desmistifique, desconstrua estereótipos, preconceitos e práticas discriminatórias.

Sob o aspecto educacional Assis e Canen (2004) fazem uma reflexão sobre o trabalho multicultural:

(...) a tentativa de trabalho multicultural de valorização cotidiana educacional da identidade negra e de sua incorporação em currículos e práticas educacionais poderia beneficiar-se do mergulho sobre os sentidos da afirmação “ser negro” e sobre as determinações da construção da identidade negra, percebidos nos discursos daqueles que a abraçam em seus debates teóricos e/ou em espaços coletivos de luta por afirmação e representação. (ASSIS e CANEN, 2004, p.714)

Nesta perspectiva, as autoras abordam o trabalho multicultural no combate e na valorização do negro nas escolas, ou seja, a atenção para o estudo da cultura afro-brasileira nas disciplinas curriculares, como tema a ser trabalhado durante o ano todo, pode ser o caminho para a valorização e aceitação do negro na sociedade.

Essa abordagem torna-se ainda mais forte, quando tratada com respeito por todos os integrantes que fazem parte do ambiente escolar, “a necessidade de ser encontrado mecanismo de combate ao preconceito e discriminação racial ao nível da socialização primária e secundária, ou seja, na família e na escola” (VALENTE, Nº25 p.62) deve ser estudada de forma a promover a socialização de todos que fazem parte da comunidade escolar.

Para alcançar esses objetivos, os *Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998)* trazem propostas que encaminham para um trabalho de ensino da cultura afro-brasileira em que a escola se constitua num espaço de socialização. Desse modo, espera-se que cada

aluno se torne capaz de “compreender a cidadania como participação social e política. Assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito”. (BRASIL, 1998, p.1)

Os temas transversais podem perpassar significativamente o combate ao racismo e estereótipos, se forem criadas situações em que os professores em conjunto com os alunos criem um ambiente de socialização e respeito ao próximo.

No âmbito das formulações teóricas sobre o trabalho com as diversidades étnico-raciais em sala de aula, as *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais* (2006) abordam o fazer pedagógico como:

O “como fazer” pode ser pensado na sua concepção e realização como possibilidade de descentramentos. O diálogo, o círculo para a narração de histórias, tão comum nas tradições afro-brasileiras, poderia ser o ponto de partida para a realização de um fazer que não é individual, mas coletivo. É importante indagar: De que forma vocês querem aprender? Em quais lugares poderíamos realizar as nossas aulas? Ora, a exploração didático-pedagógica do espaço é o encontro com as pessoas do lugar, com as suas casas, com uma realidade concreta que pode estar sendo revista com um olhar que não é normatizador, mas problematizador. A exploração de outros espaços para aprender, no entanto, não é a negação do espaço da sala de aula; é o reconhecimento de seus limites e, também, das suas precariedades. (2006, p. 158)

Assim, segundo as *Orientações*, uma das alternativas viáveis para se atingir os objetivos de combate ao racismo na educação é promover o desenvolvimento de atividades organizadas buscando trazer para o cotidiano dos alunos situações em que eles possam interagir e se expressarem, atividades que promovam um ambiente saudável onde se sintam como parte integrante do processo de ensino.

À medida que a cultura afro-brasileira vai sendo incorporada à vida escolar, uma série de procedimentos de rotina, como o respeito às diferenças e ao próximo se incorporam no dia a dia da vida do aluno.

É claro que o professor, como mediador, deve promover situações que colaborem para obter o resultado almejado. Para isso, necessita de apoio e formação continuada constantemente, pois se o professor se mantiver fechado para o trabalho contra o racismo, ou, o que é pior, tiver consigo o racismo camuflado ou sutil terá dificuldade para mudar a realidade do país.

O convívio com as diferenças é um desafio inerente a todos nós. Aprendemos desde cedo a conviver com as diferenças quando ensinada desde cedo, para se criar, crescer e aprender, todo indivíduo precisa que outra pessoa lhe ensine as práticas da vida como comer, andar, falar e etc. Nenhum ser humano é uma "ilha" para viver isolado do resto mundo, portanto conviver com outros seres humanos se faz necessário, surgindo então o desafio de se conviver com as diferenças, haja vista que não existe uma pessoa igual à outra, cada indivíduo é único no universo.

Devemos, então, somar nossas atitudes no respeito às diferenças, pois tratar igualmente os diferentes pode formar diferentes histórias em nosso contexto social. Sob essa perspectiva, resta-nos à tarefa de conscientizarmos sobre a diversidade humana e reeducarmos e reconhecer o negro, o índio, o idoso, a criança e o diferente em sua singularidade para que assim, possamos realmente pensar em uma sociedade mais justa.

3.0 A ludicidade como recurso para implementação da Lei nº 10.639/03

A literatura é um dos recursos essenciais, é um portal para a passagem do mundo real para um mundo ilusório. E, a literatura infantil, como os contos de fadas, que transformam o aprendizado das crianças levando-as a compreenderem melhor os acontecimentos da vida, podendo assim, ampliarem suas competências e formando conceitos próprios sobre determinados assuntos, conseqüentemente interagindo sobre o meio social da qual estão inseridas.

Segundo Goulart (1995, p.15) “o intelecto da criança se desenvolve por meio de sua interação com as coisas e com as pessoas do seu meio ambiente.” Ou seja, quando as crianças interagem através do falar, do dramatizar, estão na realidade, experimentando gradualmente o convívio social entre seu grupo, o que proporciona uma socialização com seu meio.

Segundo Abramowicz e Oliveira (2012, p.54) em seus estudos em Educação infantil abordam questões relacionadas à educação infantil e trazem como ponto de discussão:

As pesquisas sobre relações raciais que abordaram a questão da criança negra no espaço escolar em sua grande maioria apresentam-na com problemas de relacionamento com seus colegas e professores ocasionados pela cor, gerando uma relação conflituosa e, muitas vezes, nociva para aqueles que acabam sendo rejeitados por seus atributos físicos. Mesmo na faixa etária a partir de 4 anos de idade, as pesquisas na área de educação infantil já apontam a existência da problemática racial entre crianças e adultos, sendo que esses últimos acabam utilizando práticas cotidianas que podem até mesmo reforçar o racismo, levando as crianças negras a um processo de socialização diferente da criança branca. (ABRAMOWICZ e OLIVEIRA, 2012, p.54)

Neste contexto, a pesquisa informa que a interação é importante, porém é de se levar em conta os aspectos ambientais na qual às crianças negras estão inseridas. Quando as crianças interagem através do falar, do dramatizar, estão na realidade, experimentando gradualmente o convívio social entre seu grupo, o que proporciona uma socialização com o seu meio. Então é de suma importância observar se está havendo essa interação da criança negra no espaço escolar. Nesse exercício de interagir, a literatura infantil é de grande importância, principalmente se tratando da educação infantil.

A criança compartilha de um mundo criado pelas imagens e histórias que a literatura infantil traz. Esse momento pode ser vivenciado como, por exemplo, o contar histórias em que o professor proporciona a criança uma viagem no mundo imaginário. Esse tipo de atividade contribui para seu crescimento intelectual.

Numa visão mais abrangente Bettelheim nos fala da importância do contar histórias para crianças:

Desde os primórdios da humanidade, contar histórias é uma atividade privilegiada na transmissão de conhecimentos e valores humanos. Essa atividade tão simples, mas tão fundamental, pode se tornar uma rotina banal ou representar um momento de excepcional importância na educação das crianças. (BETTELHEIM, 2002, p. 23)

O autor nos alerta que através de uma simples história a criança é capaz de adentrar nela, vivendo os personagens que se identifica com os fatos que ocorrem no seu dia a dia, aflorando seus sentimentos mais íntimos.

Conhecer o mundo através da experiência propiciará a criança uma visão mais abrangente do que é certo ou errado em relação ao outro, ou seja, atitudes de respeito ao próximo será colocadas em prática. Dessa forma, observa-se que “Os contos de fadas são narrativas simbólicas extremamente simples, primitivas, capazes de transmitir experiências subjetivas complexas e vivências emocionais delicadas às pessoas mais ingênuas e às crianças”. (VALENTE, 2009, p. 4)

Neste contexto, trabalhar os contos de fadas na intervenção no combate ao racismo na educação infantil pensando como material de apoio que possibilite flexibilidade de ações de intervenções contra qualquer tipo de discriminação na escola é um dos caminhos para o respeito e a igualdade entre todos.

Nesse sentido, Abramowicz e Oliveira (2012, p.47) conceituam a importância do processo de socialização em:

[...] destacar que o processo de socialização pensado e construído como uma maneira asséptica e indolor de produzir crianças e configurar infâncias é um processo nem simples, nem fácil e nem mesmo indolor. A socialização é um processo social de exercício de poder e saber que se impõe sobre a criança, para produzi-las. A partir dos pressupostos da sociologia, esse processo deve ser entendido e descrito com a participação ativa da criança: ora resistindo, ora reinventando, ora imitando, ora aceitando, ora nada podendo fazer etc. (ABRAMOWICZ, 2012, p.47)

As autoras destacam que a socialização é uma prática cotidiana marcada pelo meio em que se desenvolve a criança. Com efeito, o desenvolvimento social da criança é uma evolução da qual ela é agente ativo.

Nesse sentido, luta pela superação do racismo e da discriminação racial é tarefa de todo educador, independente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política. Segundo Nunes:

Nessa relação, está implicada uma relação de amor, uma relação afetiva. Portanto, um professor pode ser um suporte dos investimentos de seu aluno, porque é objeto de uma transferência. Então, mais além da figura pessoal do professor, o educador vai representar, para o aluno, uma função, substituindo, nesse momento, as figuras parentais e/ou pessoas que lhe foram importantes, representando então esse lugar de 'saber', de idealização, de poder. (NUNES, 2004, p. 11)

A educação para as relações étnico-raciais tem por objetivo divulgar e produzir conhecimentos, atitudes, posturas e valores que enfatizem a pluralidade étnico-racial, capacitando as crianças para interagir no sentido de respeitar as diferenças e valorizar as identidades. É nesse sentido, que os contos de fadas podem e devem ser trabalhados como ferramenta didática na valorização da identidade da criança negra na educação infantil. Através do lúdico, do mundo imaginário, as crianças fazem sentir-se parte de um todo, não há diferenças no mundo criado por elas, todas são princesas e príncipes ou heróis que lutam por um objetivo e acabam sempre com um final feliz.

A prática pedagógica voltada para o lúdico pode transformar as aulas em um ambiente agradável e prazeroso. O brincar simbólico, permite ainda aprender a lidar com as

emoções. Pelo brincar, a criança equilibra as tensões provenientes de seu mundo cultural, construindo sua individualidade, sua marca pessoal e sua personalidade.

Se os contos de fadas se apresentam com possibilidades de favorecer essa integração, não há como desconsiderá-los. Análises teóricas conduziram Vygotsky a defender teses muito além de seu tempo sendo capaz de enxergar o futuro sobre a sociabilidade precoce da criança e a deduzir delas consequências que levaram à proposta de uma teoria do desenvolvimento infantil. Vygotsky (2010) escreveu, em 1934:

É por meio de outros, por intermédio do adulto que a criança se envolve em suas atividades. Absolutamente, tudo no comportamento da criança está fundido, enraizado no social. [E prossegue:] Assim, as relações da criança com a realidade são, desde o início, relações sociais. Neste sentido, poder-se-ia dizer que o bebê é um ser social no mais elevado grau. (VYGOTSKY, 2010, p. 281)

As pesquisas de Vygotsky (2010) demonstram que,

[...] se a criança pode aprender por meio do convívio com um adulto, a identificar e a reconhecer, nos outros e em si mesma, pensamentos e sentimentos que à ajuda relacionar-se consigo mesma e com os outros, aprende a conviver com naturalidade com fortes elementos do inconsciente da humanidade e do seu próprio inconsciente. (VYGOTSKY, 2010, p. 15).

Nesse sentido, o papel da escola é promover esse ambiente de socialização levando a criança ao seu reconhecimento no ambiente a qual está inserida.

Na visão de Bruno Bettelheim:

Enquanto diverte a criança, o conto de fadas a esclarece sobre si mesma, e favorece o desenvolvimento de sua personalidade. Oferece significado em tantos níveis diferentes, e enriquece a existência da criança de tantos modos que nenhum livro pode fazer justiça à multidão e diversidade de contribuições que esses contos dão à vida da criança. (BETTELHEIM, 2002, p. 20).

Em linhas gerais, Bettelheim propõe que a Literatura Infantil e, principalmente, os contos de fadas, podem ser decisivos para a formação da criança em relação a si mesma e ao mundo à sua volta. Para a criança de idade pré-escolar isso se torna indispensável, pois ela está em pleno desenvolvimento intelectual, construindo e definindo conceitos da sua realidade.

Nunes observa que:

O maniqueísmo que divide as personagens em boas e más, belas e feias, poderosas ou fracas, etc., facilita a criança à compreensão de certos valores básicos da conduta humana ou convívio social. Tal dicotomia se transmitida através de uma linguagem simbólica, e durante a infância, não será prejudicial à formação de sua consciência ética. O que as crianças encontram nos contos de fadas são, na verdade, categorias de valor que são perenes. O que muda é apenas o conteúdo rotulado de "bom" ou "mau", "certo" ou "errado". (NUNES, 2004, p.11)

Nunes (2004) infere uma informação muito interessante, o valor moral trazido nos livros de literatura infantil e enfatizado como certo e errado, bonito e feio, pela maioria dos contos de fadas, contribui para a criança ter um ensejo de ampliar e transformar ou enriquecer sua própria experiência de vida.

Nesse sentido, entendemos que devemos mostrar para criança o que é diferente, orientando-as de como devemos tratar o próximo colocando sempre a ideia de respeito rompendo a barreira do estereótipo do racismo na educação. Ou seja, reconstruindo a imagem da criança negra através do imaginário infantil reproduzindo os contos de fadas em forma de teatro levando as crianças a reconhecer no outro sua própria identidade e a respeitá-la. Dessa forma, conseguiremos promover o respeito e a cidadania no ambiente educacional.

Segundo os PCNs (2010) a pluralidade cultural deve ser tratada com respeito em todas as áreas do conhecimento. Levar para a reflexão do aluno a variedade cultural existente em nosso país. “Um tratamento enriquecedor da temática dos direitos reprodutivos propicia também a análise da relação com questões de raça/etnia”. (BRASIL, 2010, p.133)

Esses conhecimentos, como a valorização da pluralidade racial no ambiente escolar, poderão, assim, oferecer subsídios preliminares que permitam valorizar e observar o mundo em que vivemos. Ou seja, levar a cultura social para dentro das escolas em diferentes movimentos culturais e, sobretudo, promover uma política educacional que possa formar professores, coordenadores e outros integrantes que façam parte da comunidade escolar. A partir do momento em que conseguimos nos socializar colocamos em prática nossas culturas.

Diante dessa reflexão Figueiredo nos faz pensar sobre os primeiros passos da criança no meio escolar:

É no início da escolarização que a criança estabelece seus primeiros contatos sociais fora dos grupos mais próximos, como família e amigos. Nesses contatos, a criança negra, em interação com outros grupos étnicos, acaba experienciando variadas

situações de discriminação e preconceito que, não raro, são abalizadas pelo silêncio dos educadores. (FIGUEIREDO, 2010, p. 23)

Como ressalta Figueiredo (2010) na escola a criança já experiência diversos tipos de discriminação que quando não intervida no momento certo, com ações certas contribuem profundamente para a disseminação de discriminação.

Nota-se que, necessitamos nos colocar no lugar do outro para sentir o que o outro sente ao ser discriminado ou rejeitado por um determinado grupo e, os contos de fadas contribuem nesse sentido, pois levam a criança para um mundo cheio de magia e nesse mundo criado no imaginário delas não há diferença de cor ou de raça. Tal alternativa coloca a tarefa da promoção da igualdade racial.

O preconceito racial e o racismo se manifestam no cotidiano das relações pessoais e a escola deve promover uma relação de igualdade entre todos que fazem parte da comunidade escolar.

Em linhas gerais, a educação tem se dedicado a acabar com a discriminação racial nas escolas, mas sabemos que o racismo é uma questão cultural e que não é só falando para nossas crianças que devemos respeitar as diferenças, mas trabalhando as diferenças com essas crianças, pois só na prática do dia a dia é que conseguiremos combater esse mal pela raiz.

De acordo com Bettelheim, (2002, p. 3) “hoje, como no passado, a tarefa mais importante e também mais difícil na criação de uma criança é ajudá-la a encontrar significado na vida”.

Sendo assim, porque não levar as crianças a dramatizar os contos de fadas ou a elaborarem versões criadas por elas mesmas trocando as personagens por personagens de diferentes etnias? Um aspecto importante a ser lembrado, diz respeito ao trabalho com contos africanos, pois professores podem também incluir para esse trabalho contos de fadas que possam valorizar a criança negra.

Desse modo, há várias formas de trabalhar com os contos de fadas na valorização de todos os aspectos culturais e levando em consideração a Lei 10.639/03.

A adequação desses conhecimentos pode propiciar tanto para o professor quanto para os alunos a compreensão sobre as riquezas de nossa diversidade cultural e a elaboração de significados necessários para o reconhecimento de nossa identidade.

A identidade, segundo *Referencial Curricular Nacional (vol.2, 1998) para Educação Infantil*, “é um conceito do qual faz parte a ideia de distinção, de marca, de diferença entre as

peças”. Desse modo, é preciso levar em conta temas que reflitam e que germinam a ideia de respeito ao próximo para alcançar os objetivos propostos acima. Como observou Assis & Canen (2004):

Ainda que tenhamos avançado em formulações teóricas sobre o multiculturalismo, mais investigações ainda são necessárias, particularmente com relação aos potenciais e limites dessa abordagem para a construção da identidade étnico-racial nos espaços educativos, bem como no desenvolvimento de caminhos investigativos que tratem dessa construção a partir da ótica daqueles sujeitos cujas identidades têm sido alvo histórico de preconceitos, discriminações e exclusão social. (ASSIS E CANEN, 2004, p. 715)

Pela abrangência desse assunto, podemos falar que para efeito didático e para uma reconstrução da identidade é preciso reconstruir a história trazendo para nossas crianças um material didático que possa lhes fornecer conhecimento de um povo que traz em si a sua beleza e não colocá-los em desvantagens perante as outras culturas.

Ainda dialogando com Diniz & Canen (2004, p.711), os autores destacam uma reflexão a respeito do entender a identidade como pertencente a cada ser.

A identidade negra e sua construção/reconstrução positiva, Superadora de discriminações e viabilizadora de práticas curriculares que avancem no reconhecimento e valorização do negro na sociedade, apresenta algumas categorias que se destacam nos discursos e nas discussões a seu respeito: cor, raça e etnia. Entretanto, tensões e ambigüidades apresentam-se nestas categorias, quando tomadas de forma essencializada e estanque, resultando, não raro, no congelamento identitário”. (DINIZ E CANEN, 2004, p. 711)

Neste âmbito, a discussão em torno da identidade negra na educação infantil torna-se prioridade para nos educadores. Assim sendo, há que se levar em conta que esse processo de “(re) construção da identidade está ancorado em certas peculiaridades do ser negro e negra na educação de nossas crianças”. (MONTEIRO, 2008, p.11)

Algumas crianças, principalmente as negras, encontram dificuldades de autoaceitação “em decorrência de um possível comprometimento de sua identidade com atribuições negativas ao seu grupo de origem”. (MONTEIRO, 2011, p.7)

Neste sentido, um trabalho que valorize sua cultura e seu povo, pode facilitar para a criança a sua aceitação e seu reconhecimento identitário e, o brincar simbólico de faz de

contas, com os contos de fadas fornecerá elementos para o reconhecimento de sua cultura e de sua identidade.

São essas reflexões que germinam a ideia de reconstruir a história buscando mostrar para nossas crianças o respeito ao outro.

Em Estratégias de combate ao racismo a Professora Monteiro ressalta que:

A promoção de uma educação antirracista deve começar na educação infantil. É preciso trabalhar esta discussão já na infância, pois se a criança não for preparada desde cedo, fica mais complexo romper com o preconceito e a discriminação presentes em seu meio e, se o educador não interferir nas ações, a criança tenderá a repetir os padrões que aprender. (MONTEIRO, 2010, p.7)

Neste movimento, a busca da melhoria da qualidade do ensino pode proporcionar aos nossos alunos o contato com diversas culturas e a valorização das mesmas, visando o desenvolvimento de sua postura diante dos fatos sociais.

Também temos que estar ciente de que a caminhada é longa e que para reverter este quadro é necessário muito mais. Pois, o preconceito faz com que toda a forma de violência invada o ambiente escolar e o caminho para o combate a esse tipo de discriminação parte das relações humanas, ou seja, estabelecer o convívio no ambiente escolar nos faz observarmos como ser humanos.

4.0 Metodologia da pesquisa

A realização dessa pesquisa nos convidou a refletir sobre a imagem que a própria criança tem de si e das outras, fez-se necessário questionarmos que o aluno se reflete nas organizações das atividades nas instituições especialmente nas variadas formas de avaliação.

Escolheu-se como espaço da nossa pesquisa a unidade de ensino particular, Escola Aquarela, na cidade de Nova Brasilândia D'Oeste no Estado de Rondônia.

A coleta de dados se deu através dos métodos de observação, aplicação de questionários, tendo como sujeitos: a diretora, a coordenadora e duas professoras que atuam na educação infantil.

Os dados coletados possibilitaram uma análise qualitativa das relações e situações vivenciadas pelos sujeitos no dia a dia escolar.

Oliveira (1996, p. 14), percebe a escola é um lugar de convívio social privilegiado, pois é no ambiente escolar que as crianças se deparam com um mundo repleto de informações, “[...] cuja função é oferecer, a todo e qualquer brasileiro, oportunidade de

incorporar, em sua prática social, os conteúdos mínimos que lhes garantam usufruir o seu direito de cidadão”.

A educação para as relações étnico-raciais no ambiente escolar nos leva a pensar em novas formas de ações em relação ao racismo e estereótipos que circundam o meio escolar. É fundamental que esse tema seja trabalhado em todas as disciplinas do currículo. Isso significa que não é necessário ter no currículo escolar uma disciplina específica de educação racial.

No contexto das questões raciais, é importante a participação de todos que integram o sistema educacional, ou seja, a unidade escolar, o professor, o aluno e a própria comunidade.

É importante lembrar que, a pedido das participantes dessa pesquisa, seus nomes serão preservados. Para tanto, utilizarei as abreviações “A e B” para se referir as professoras, “C” a coordenadora e “D” a diretora.

Na condução deste trabalho tomou-se o cuidado de realizar a coleta de dados com os sujeitos individualmente, para que pudesse colher dados do que cada sujeito pensa em relação ao tema desta pesquisa.

A elaboração e execução da coleta de dados é algo complexo, pois é nesse momento que podemos perceber como se relaciona a escola em relação à aplicabilidade da Lei nº 10.639/03, pois sabemos que para reverter à situação da criança negra nas escolas é tarefa de todos que fazem parte do ambiente escolar se mobilizarem em prol do combate ao racismo e a discriminação. Nesta perspectiva Assis e Canem (2004) afirmam que:

Historicamente, não há como negar ou ignorar as relações assimétricas de poder entre as diferentes matrizes culturais e raciais que originaram e dividem o território brasileiro. Nesse horizonte, trata-se de incorporar perspectivas que valorizem a diversidade cultural e reajam contra preconceitos na educação e na formação de professores. (ASSIS E CANEM. 2004 p.2)

No que diz respeito à administração da escola buscamos por meio de questionários colher dados sobre como a escola elabora seu PPP para a contemplação das mudanças curriculares propostas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), segundo a diretora (D) e coordenadora (C) argumentam que se pautam nos Parâmetros Curriculares Nacionais no caderno referente aos temas transversais e como sugestão é proposto aos professores a temática:

É sugerido que se trabalhe de forma lúdica, envolvendo músicas, brincadeiras de faz de conta, dramatização, leituras de contos e principalmente valorização à diversidade. (Coordenadora C)

A ideia é que não se trabalhe em apenas uma data específica, mas sim, durante todo o ano letivo. O objetivo é a prevenção. Pois, acreditamos que trabalhando a consciência dos alunos desde cedo, será mais difícil tomar uma atitude de preconceito. (Diretora D)

Por sua vez, se considerarmos a escola como o espaço na quais estereótipos, preconceitos e práticas discriminatórias são desconstruídas verificamos que o momento de coleta de informações foi de grande importância para esse trabalho, pois, pudemos perceber que o lúdico tem um papel fundamental na educação infantil nessa escola pesquisada.

A coordenadora observa e ressalta que, o dia 20 de novembro “Dia da Consciência Negra”, faz parte do calendário escolar onde se trabalha com mais ênfase o assunto.

Embora, a Lei nº 10.639/03 esteja em vigor há quase dez anos a diretora e a coordenadora afirmam que a maior dificuldade que a escola tem enfrentado é a falta de material para ser trabalhado, pois, segundo as entrevistadas, a Lei nº 10.639/03 ainda é desconhecida por muitos educadores e, falta um acervo sobre o tema, pois há pouco incentivo no que tange a capacitação de profissionais da educação em relação às relações raciais na educação.

Segundo os sujeitos da pesquisa, há pouco material didático para dar uma atenção maior a lei, pois sente a necessidade que se elabore um material didático voltado para a Lei 10.639/03 como, por exemplo, uma cartilha com ilustrações que aborde a Lei nº 10.639/03 e que os ajudem no trabalho de conscientização contra o racismo.

Embora, o tema das questões raciais seja um tanto complexo devido haver toda uma cultura de racismo na história africana cabe à escola promover um papel central no processo de reeducação das relações étnico-raciais, e, portanto, precisa assumir seu papel transformador, pautando sistematicamente questões conflituosas e inegavelmente de difícil abordagem, promovendo junto à sua comunidade escolar o caminho do diálogo e do debate aberto e plural.

Ainda sobre a socialização interna da escola fizemos um questionário dirigido a duas professoras que trabalham na educação infantil. Com intuito de conhecer melhor a realidade da escola, pois é por intermédio do docente que sabemos melhor como se comportam os alunos diante da diversidade cultural, afinal é o professor quem passa mais tempo no convívio dos alunos e é ele quem sabe dizer melhor se há ou não preconceito por parte de alguns deles.

Segundo as professoras (A e B) não visualizam no comportamento dos alunos algum tipo de discriminação direta o que elas percebem e, que vem trabalhando constantemente é estereótipo de beleza, á um comportamento entre os alunos de ver quem tem o sapato mais bonito ou o material escolar melhor do que o outro. Segundo a professora B, esse tipo de comportamento pode levar a consequências mais drásticas se não for trabalhada de forma a mostrar para os alunos o respeito ao próximo. E ainda, ela afirma que gosta de trabalhar com o gênero contos de fadas, pois aproveita para trabalhar o relacionamento entre as crianças e levá-las a compreender que nem tudo que é belo pode ser bom. Segundo a professora B:

Trabalhar com os contos de fadas ajuda a desenvolver a criatividade, trabalhando o imaginário das crianças na construção de atitudes e valores sociais para o mundo atual, também proporciona um aprendizado mais amplo de acordo com o conto de fadas proposto pela professora. (Professora B)

Os contos de fadas são indicados porque sua leitura possibilita momentos lúdicos, prazerosos, onde a criança pode soltar a imaginação, colocar-se no papel do herói e vencer as suas próprias batalhas interiores.

A criança, como ser em desenvolvimento, estará capaz de experimentar aos aspectos ideológicos presentes nos textos. Nesse sentido, o docente, por meio da sua prática pedagógica tem uma responsabilidade social de grande competência, que deverá ser propulsora para o desenvolvimento de um aluno crítico, o qual depende de conhecimentos e discernimento para desenvolver seu papel de mediador.

Segundo Bettlhem (2004, p. 248), no conto de fadas “A Branca de Neve e O sete anões”, os anões trabalham arduamente e ensina uma lição a Branca de Neve e a todas as crianças (leitores): “O trabalho é a essência de suas vidas; não têm descanso ou recreação. [...] Se quiser viver bem, Branca de Neve deve transformar o seu mundo em um mundo de trabalho; este aspecto de sua estada com os anões é facilmente compreensível.”

Neste contexto, o conto promove o crescimento da criança, motivando-a a ser generosa e solidária, fazendo-a compreender que nem sempre as pessoas são boas e que nem sempre as situações são agradáveis. Por consequência, desperta seu senso crítico, fazendo-a refletir entre o pensar e o agir, entre o certo e o errado.

Tendo em vista a importância de se discutir como Lei nº 10639/03 deve ser colocada em prática, e acreditando ser a temática Literatura Infantil parte integrante de nossas

atividades pedagógicas a professora B salienta que os contos de fadas pode nortear o tema das relações raciais na educação infantil.

[...] E a lei que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira em todas as escolas brasileiras, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio pode nos dar um norte para abordar o tema em sala de aula.
(Professora B)

Nesse sentido, trazer para discussão mecanismos que favoreçam e ao mesmo tempo em que sensibilizem e incorporem no imaginário infantil a importância de se exercitar desde já a alteridade, e a literatura infantil, nomeadamente os contos de fadas e suas fábulas, se apresentam como possibilidade real de se inserir nas crianças valorosas e justas formas de convivência com o diferente.

Para Machado (apud BENCINI 2005, p. 52) além da exuberância literária que representam os contos de fadas eles são imprescindíveis para a formação da personalidade infantil, pois as crianças experimentam sentimentos negativos durante seu crescimento, e com o auxílio do “Maravilhoso”, “Mágico” aumentam seu repertório sobre o mundo e ampliam a força de suas emoções, enquanto interiorizam as normas sociais.

Após autorização para realizar a observação e contatos de apresentação, com as professoras tive o privilégio de participar como observadora no período matutino, durante uma semana, de um projeto que as professoras da educação infantil estavam trabalhando com seus alunos, denominado “Que príncipe e princesa eu quero ser”.

No primeiro dia da observação a minha presença deixou os alunos curiosos, pois questionavam a professora; - Professora por que a tia está aqui? Queriam informações porque uma estranha estava na sala deles. A professora chamou-me para que eu pudesse conversar com eles e explicar que eu era estudante igual a eles e que estava ali para observá-los como eles se comportavam com relação aos seus colegas e professores.

Cabe ressaltar que na sala havia uma professora regente e outra que tinha a função de ajudante.

No primeiro dia da observação às crianças se apresentaram um pouco coagidos, tinham vergonha de participar da aula. Porém, no decorrer da semana, eu já fazia parte do ambiente escolar eles já se interagiam e conversavam comigo. Era uma turminha pequena, mas bem curiosos sempre questionavam perguntando sobre os assuntos abordados em sala.

No desenvolvimento da observação pude verificar que as professoras trabalhavam os contos de fadas, A Branca de Neve e os sete Anões, a Bela Adormecida com a intenção de desenvolver nas crianças um comportamento de respeito, pois a todo o momento elas

indicavam para os alunos o quanto as princesas e os príncipes são compreensivos, educados e carinhosos com seus amigos.

Sob esta visão Bettelheim traz considerações muito importantes sobre alguns aspectos essenciais que devem ser priorizados no trabalho com o gênero contos de fadas:

Para que uma história realmente prenda a atenção da criança, deve entretê-la e despertar sua curiosidade. Mas para enriquecer sua vida deve estimular-lhe a imaginação: ajudá-la a desenvolver seu intelecto e a tornar claras suas emoções: estar harmonizadas com suas ansiedades e aspirações; reconhecer plenamente suas dificuldades e ao mesmo tempo, sugerir soluções para os problemas que a perturbam. Resumindo, deve de uma só vez relacionar-se com todos os aspectos de sua personalidade-e isso sem nunca menosprezar a criança, buscando dar inteiro crédito a seus predicamentos e, simultaneamente, promovendo a confiança nela mesma e no seu futuro. (BETTELHEIM, 2002, p. 20)

As professoras trabalharam a leitura, trouxeram imagens no data show e, no final de cada aula escolhiam uma princesa e um príncipe do dia. Esse momento de interação entre os alunos e as professoras proporcionava um ambiente de aprendizagem lúdico que levavam os alunos a crescerem intelectualmente.

Piaget (1978, p.36) afirma que “para manter o equilíbrio com o seu mundo o educando necessita brincar, jogar, criar e inventar”. Com base na visão Piaget é que eu fiz inferência às professoras de levarem os contos de fadas O diário de Dandara e a Princesa e o sapo, pois sabemos que algumas crianças, principalmente as negras, encontram dificuldades de autoaceitação em decorrência de um possível comprometimento de sua identidade com atribuições negativas ao seu grupo de origem. (MONTEIRO. 2011)

As professoras disseram que só conheciam o filme da Disney, A princesa e o Sapo, mas que ainda não haviam trabalhado em sala com os alunos e que “O diário de Dandara”, não conheciam. As crianças ao entrarem em contato com essas duas obras literárias ficaram encantadas com as personagens apresentadas e logo quiseram representar os contos de fadas trabalhados em sala de aula.

Pensando num trabalho que valorize a cultura afro-brasileira as professoras sugeriram as crianças que escolhessem qual princesa e príncipe queriam ser e cada uma das crianças escolheram seus personagens preferidos e todos brincaram representando seus personagens.

O brincar simbólico de faz de contas com os contos de fadas, pode proporcionar maior aceitação das crianças e levá-las a se mostrarem de verdade sem esconder-se buscando agir como se fossem outra pessoa e renegando suas origens.

Diante deste contexto, Santos e Costa (2008) afirmam que:

[...] faz-se necessário que as escolas, os seus profissionais promovam um amplo movimento, tendo como horizonte a discussão e redimensionamento dos currículos, dos materiais pedagógicos com relação as etnias, a comunidade negra incluindo, ainda nas manifestações escolares, nas discussões a comunidade negra e as diversidades culturais e, principalmente, as questões referentes aos mesmos deveres e direitos garantidos pelo Constituição Federal de 1988. Professores e demais profissionais educacionais que circundam a pré-escola, com o intuito de educar na diversidade, devem oferecer oportunidade para que as crianças façam sua interpretação do mundo. (SANTOS E COSTA. 2008, p. 3)

Sabemos que o gênero literário contos de fadas podem transformar a aula como já mencionado acima, pois favorece um ambiente agradável de aprendizagem, porém é necessário que o professor saiba diversificar o material a ser trabalhado.

Analisando os contos de fadas, em um olhar mais aprofundado fica claro que não se baseia em uma mera história para crianças, como muitas pessoas deduzem. Esses contos exigem toda uma estruturação da história e de seus personagens, tanto na personalidade, fala posição social e até mesmo racial, imposta no conto. O conto de fadas “A branca de neve e os sete anões”, por exemplo, pode trazer em sua essência um racismo camuflado nas personagens principais.

E, se pensarmos o conto acima mencionado como ferramenta de trabalho pedagógica, no trato à educação infantil, é de verificar que há uma questão que deve ser colocada em observação pelos docentes, relacionada a estereótipos de beleza e a questões de racismo que se manifestam de forma sutil quando o autor descreve Branca de Neve: “Sua pele era branca como a neve, os lábios vermelho como o sangue e os cabelos negros como o ébano [...]”

Neste sentido, compreendemos a importância de se discutir os processos de construção de uma identidade negra positiva dentro da escola, para tanto, Bento (2002, p.27) afirma que “[...] mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa [...]. Além disso, mesmo que seja atribuída à questão social, a pobreza tem cor”. (Bento, 2002, p.27).

Dessa forma, se faz necessário refletir sobre a organização do cotidiano das atividades em sala de aula, analisando aspectos referentes ao papel do professor e as questões conceituais envolvendo o lúdico em sua formação e atuação profissional.

Segundo Barbosa, “O aluno e a aluna precisam viver o fascínio que envolve o ensino/aprendizagem”. (BARBOSA, 2009, p. 22)

Ainda observando o trabalho das professoras com os contos de fadas não posso deixar de mencionar a atividade que me chamou a atenção. As docentes após a leitura dos contos e apresentação do filme **A princesa e o sapo** trabalhou uma dinâmica que todos os alunos adoraram denominado “que príncipe e princesa que eu quero ser”, essa proposta deixaram os alunos eufóricos cada um escolheram seu personagem e dramatizaram em forma de teatro. Todos participaram, e respeitaram a escolha de cada colega e essa brincadeira levou as crianças a crescer intelectualmente.

Firmo Também, constatou em seu trabalho que a dramatização com experiência de vida pode transformar o ambiente escolar num reconhecimento e aceitação das diversidades e pluralidade culturais. (EdUFMT, 2011)

“Por meio do conceito de papéis, durante as dramatizações, o aluno desempenha o seu próprio papel como sujeito agente de suas atitudes para com o grupo, dando-lhe a possibilidade de se ver nas próprias atitudes ou na prática da troca de papéis, momento em que os alunos vivenciam as sensações, o que é aferente ao outro, a dor, o constrangimento e a violência, ele pode “sentir na pele” o que o outro sente perante as manifestações e atos violentos de racismo e preconceito racial”.

“O trabalho com a dramatização possibilitou aos atores do grupo conquistar a confiança de que existia um momento em que suas vozes ressoantes e suas experiências vividas poderiam ser faladas e ouvidas e que seus olhos poderiam ser testemunha de algum tipo de transformação e seus corpos poderiam contar histórias exteriorizando as violentas agressões sofridas, como afirmou uma jovem: “*Sabe, professora, eu confio no teatro*”. (FIRMO. 2011, p.106)

Nesse sentido, a dramatização pode ser uns dos vários recursos a ser utilizado como ferramenta pedagógica na aplicabilidade da Lei nº 10639/2003 para desenvolver o respeito às diferentes raças e etnias.

Portanto, foi observado que, embora seja difícil para os educadores planejar uma aula que venha a contemplar a Lei nº 10.639/2003, pequenas ações podem levar a aula em um aprendizado para a vida.

Neste contexto, os objetivos foram alcançados, houve uma grande colaboração das crianças no desenvolvimento das atividades. Com isso, as professoras puderam perceber que é possível trabalhar as diferenças com uma simples troca de personagem.

Nesse sentido, a seleção de material que contemple a Lei nº 10639/03 pode ser o caminho para trabalhar a interdisciplinaridade levando para sala um conhecimento mais

amplo sobre a cultura africana, assim, como os contos clássicos transferem o contexto histórico europeu podemos também compartilhar com contexto africano trabalhando vários aspectos na valorização da identidade da criança negra.

Nestes termos, espera-se que a pesquisa possa ter atendido ao objetivo proposto para a aplicabilidade da Lei nº 10639/2003 na educação infantil. Acredita-se que o trabalho sobre a temática das relações raciais deva ser trabalhado constantemente nas escolas, pois se entende que para resolver o problema do racismo nas escolas é necessário à construção de um saber e um corpo de conhecimento integrado aos diversos setores da vida humana. “Mediante a reelaboração de atos reflexivos da pessoa consigo mesma, isto é, do orgulho de ser negra, de fortalecer a segurança pessoal, de enaltecer sua autoestima enfim, de se representar conscientemente como pessoa negra”. (Gomes, 2002, p.17)

Ao desenvolver essa pesquisa pudemos perceber que a luta contra o racismo ainda tem um longo caminho a ser percorrido para que os professores possam fazer um trabalho voltado para as questões raciais e a implementação da Lei nº 10639/2003. Para se adequar ao tema das questões étnico-raciais, cabe às escolas encontrar um modo de redesenhar as aulas para encaixar os conteúdos exigidos. Pois, notamos que há um despreparo e desconhecimento dos professores entrevistados com relação ao tema abordado.

Apesar de, o MEC e outras organizações que abordam a Lei nº 10.639/2003 venham divulgando trabalhos que colaboram na elaboração pedagógica de professores, mesmo que caminhe em passos lentos, há uma melhora com relação ao tema abordado.

No entanto, a divulgação desse tema tende a crescer com a ajuda de todos que fazem parte do ambiente escolar, ou seja, é necessário planejar estratégias que venham alcançar os objetivos propostos pela Lei nº 10.639/2003 e, para isso, é importante ser um professor pesquisador, àquele que se preocupe com seus alunos e leve para sala de aula algo além dos livros didáticos.

Considerações finais

A discussão suscitada neste trabalho nos propõe como docentes, uma reflexão sobre nossa prática pedagógica. O compreender da importância dos contos de fadas no combate ao racismo na educação infantil, reconhecendo o gênero como instrumento de trabalho. Desse modo, colaborar com o debate do reconhecimento identitário e a valorização da cultura afro-brasileira nos diferentes âmbitos educativos, levando em consideração o ensino dos contos de fadas na reconstrução da identidade da criança negra e a aplicabilidade da Lei nº 10.639/03.

Concluímos que através do lúdico dos contos de fadas a criança desenvolve um melhor relacionamento com outras crianças e com adultos. E, por meio das brincadeiras do faz de conta ela pode interagir com o meio em que está inserida lhe proporcionando um auto-conhecimento de si própria tendo vista que essas descobertas a fascina, pois um mundo novo é inserido e descoberto.

Na sala observada percebemos que as crianças que participaram da pesquisa se mostraram mais envolvidas, pude também observar que o ato de contar histórias como os contos de fadas as fez se sentirem mais desinibidas e participavam se mostrando descontraídas.

Segundo Rapaport “O ser humano é visto como um organismo ativo, capaz de se auto-regular através de induções e efeitos autoproduzidos. Desta forma, o ambiente controla o indivíduo na mesma medida em que é controlado por este”. (1981, p.74)

Sob essa afirmativa propôs-se um ambiente escolar favorável ao prazer da criança negra no ambiente da qual está inserida e, o lúdico é a maneira mais adequada de lhe proporcionar essa satisfação e de promover seu crescimento intelectual na sociedade.

Foi possível também, detectar alguns fatores fundamentais para aumentar a fluência da aplicabilidade da Lei 10639/03 em sala de aula como a inferência dos contos de fadas africanos na abordagem pedagógica das docentes pesquisadas, a garantia ao acesso e à leitura das obras, a intensificação na divulgação e o preparo das educadoras para a utilização adequada das obras nos fez perceber que é possível implementar a Lei nº10.639/03 e reverter o quadro de racismo e reescrever a história africana de forma a proporcionar a criança negra o seu reconhecimento e a valorização de sua identidade cultural.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELAR, Christiane Pinheiro dos Reis Calil e VALENTIM, Silvani dos Santos. **Cultura Afro-Brasileira e Educação: O processo de implementação da Lei nº 10.639/2003 nas escolas públicas municipais de Belo Horizonte.** Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2010/Artigos/GT9/CULTURA_AFRO-BRASILEIRA.pdf. Acesso em: 30/07/2012

ASSIS, Marta Diniz Paulo de e CANEM, Ana. **Identidade Negra e Espaço Educacional: Vozes, histórias e contribuições do multiculturalismo.** Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, set./dez. 2004. <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a10v34123>. Acesso em: 29 de maio 2012.

ABRAMOWICZ, Anete e OLIVEIRA, Fabiana de. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade:** aspectos políticos, jurídicos, conceituais / Maria Aparecida Silva Bento, organizadora. -- São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012.

BARBOSA, Laura Monte Serrat. **Psicopedagogia:** um diálogo entre a psicopedagogia e a educação. 3º Ed. Ver. E ampl. Curitiba: Bolsa Nacional do livro, 2009.

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas.** Tradução de Arlene Caetano. 16º Edição, Paz e Terra. 2002.

BENCINI, R. **Era uma vez... O maravilhoso mundo dos contos de fadas e seu poder de formar leitores.** Revista Nova Escola. São Paulo, nº. 185, p. 52-54, Setembro/ 2005.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil.** In: psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (orgs.) Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

COSTA, Olga Helena & SANTOS, Anderson Oramísio. **Relações Étnico-Raciais na Educação infantil:** Implementação da lei. Extraído do site: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/RELA%C3%87%C3%95ES-%C3%89TNICO-RACIAIS-NA-EDUCA%C3%87%C3%83O-INFANTIL.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2012.

EDUCAÇÃO & Infância em foco: A literatura infantil, os contos de fadas, a criança e a escola. <http://educacaoeinfanciaemfoco.blogspot.com.br/2009/07/literatura-infantil-os-contos-de-fadas.html>. Acesso em: 20 de maio 2012.

ERA uma vez. Irmãos Grimm/recontado por Katia Canton. São Paulo: DCL. 2006.

EDUCAÇÃO infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais / Maria Aparecida Silva Bento, organizadora. -- São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012.

ESTRATÉGIA de Combate ao Racismo na escola./ Edenar Monteiro, Ivone Jesus Alexandre, Yandra Firmo, Maristela Abadia Guimarães, Maria Lúcia Rodrigues Muller (org.). Cuiabá: UAB/EdUFMT, 2010.

FIGUEREIDO, Luciana Araujo. **A criança negra na literatura brasileira:** uma leitura educativa. / Luciana Araujo Figueiredo. – Dourados, MS: UFGD, 2010.

GOULART, Iris Barbosa. *Experiências Básicas para Utilização pelo professor*. 10ª Edição, Petrópolis, 1995.

GOMES, Ana Beatriz Sousa. **Movimento Negro e a Educação Escolar: estratégias de luta contra o racismo**. Universidade federal de Piauí. http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2002/GT.14/GT14_2_2002.pdf. Acesso em: 22/09/2012.

LEI 10639/2003 - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 02/07/2012.

LINS, Claudia e Elis Lopes. **O diário de Dandara**. Ilustrações: Pedro Luciano. Passarada, Alagoas, 2010.

MONTEIRO, Artemisa Odila Cande. **O Processo de Construção da Identidade Negra em Teresina: O caso do grupo Afro-Cultural coisa de nêgo**. http://www.posafro.ufba.br/_ARQ/dissertacao_artemisa_monteiro.pdf. Acesso em: 29 de maio 2012.

NUNES, Marcia Regina Mendes. **Psicanálise e educação: pensando a relação professor-aluno a partir do conceito de transferência**. Artigo, publicado na íntegra pela revista de Psicologia *Encontro*. Unia, Santo André- SP, jul- dez 2004. <http://dc311.4shared.com/doc/bOcOaN5N/preview.html>. Acesso em: 20 de maio 2012.

OLIVEIRA, Iolanda de. **Desigualdades Raciais: construção da infância e da juventude**. Niterói: Intertexto, 1996.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. **Pluralidade cultural, parte I**. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pluralidade.pdf>. Acesso em: 15 de junho 2012.

_____ **Temas Transversais, terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental, parte III**. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acesso em: 03/04/2012

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro: Zarar, 1978.

RAPPAPORT, Clara Regina. *Psicologia do desenvolvimento*. São Paulo: EPU, 1981.

SANTOS, Anderson Oramísio e COSTA, Olga Helena. **Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil: Implementação da Lei 10.639/2003**. <http://www.palmares.gov.br/wp->

content/uploads/2010/11/RELA%C3%87%C3%95ES-%C3%89TNICO-RACIAIS-NA-EDUCA%C3%87%C3%83O-INFANTIL.pdf. Acesso em: 03/09

VYGOSTSKY, Lev Seminovich. **Pensamento e linguagem (1896-1934)**. Edição: Redendo Castigat Mores. Versão para ebook eBooksBrasil.com, Fonte Digital WWW.jahr.gov.

VALENTE, Ana Lúcia. **Ação afirmativa, relações raciais e educação básica**. Universidade de Brasília, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária. Caderno de pesquisa, nº28, 2005.